

AMAZÔNIA

A REGIÃO DE CARAJÁS

MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO
Organizador

AMAZÔNIA

A REGIÃO DE CARAJÁS



Universidade Federal do Pará – UFPA

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA

Diretor Geral: Armin Mathis

Diretora Adjunta: Mirleide Chara Bahia

Editora NAEA

Editor-Chefe: Silvio José de Lima Figueiredo

Divisão de Editoração: Aurilene Ferreira Martins e Albano Rita Gomes

Conselho Científico

Presidente - Prof. Dr. Armin Mathis – Universidade Federal do Pará

Vice-Presidente - Profa. Dra. Mirleide Bahia – Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodríguez – Universidad de La Habana, Cuba

Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda – Universidad Nacional de Colombia,

Leticia Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista – Universidade de Aveiro,

Portugal Prof. Dr. Miguel Piñedo-Vasquez – Columbia University – New York, EUA

Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo – Universidade Federal do Pará

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Armin Mathis

MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO
Organizador

AMAZÔNIA

A REGIÃO DE CARAJÁS



BELÉM
2023

Diagramação

Triunfal Gráfica e Editora

Foto de capa

Agropecuária Santa Barbara (Xinguara, Pará), antiga área dos castanheais Espírito Santo e Carajás.
Autor: Bloomberg (Getty Images)

Criação da capa

Lucas França Rolim

Revisão de texto

Conforme as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.
Andrew Caetano (Editora Cubo)

Padronização e normatização

Lucas França Rolim
Idelvandro José de Miranda Fonseca

Editoração final

Aurilene Ferreira Martins
Editora NAEA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca do NAEA/UFPA-Belém-PA

A489 Amazônia: a região de Carajás [recurso eletrônico] / Maurílio de Abreu Monteiro, organizador. — Belém: NAEA, 2023.
756 p.: il. 18,2 x 25,7 cm.

Inclui bibliografias
ISBN 978-85-7143-217-8

1. Carajás, região de (PA) - Desenvolvimento. 2. Desenvolvimento sustentável - Carajás, região de (PA). 3. Minas e recursos minerais - Carajás, região de (PA). 4. Planejamento regional - Amazônia. 5. Amazônia - Condições econômicas. I. Monteiro, Maurílio de Abreu, org.

CDD 23. ed. – 330.98115

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque – CRB-2/871

Disponível em:

<https://doi.org/10.4322/978-85-7143-217-8>

© Direitos Reservados aos autores

Editora NAEA

Av. Perimetral, nº 1 - Campus Universitário do Guamá
Belém - PA - CEP 66.075-750 – (91) 3201-7231
naeaeditora@gmail.com, editora_naea@ufpa.br

SUMÁRIO

Prefácio	1
<i>Carlos Antônio Brandão</i>	
Parte 1 Região, aspectos teóricos e metodológicos	7
1 A importância heurística da região, uma nota	9
<i>Marcos Alexandre Pimentel da Silva</i>	
2 Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás	17
<i>Maurílio de Abreu Monteiro e Regiane Paracampas da Silva</i>	
3 Modernização caricata e acumulação capitalista na Amazônia: o caso da região de Carajás	35
<i>Maurílio de Abreu Monteiro, Mirleide Chaar Babia e Edna Maria Ramos de Castro</i>	
4 Ajuste espacial e temporal na Amazônia: reflexões sobre fronteira do capital e des-re-configurações territoriais	53
<i>Fernando Michelotti, Humberto Miranda do Nascimento e Evaldo Gomes Júnior</i>	
5 Um diálogo possível? aproximações e ressignificações do inventário furtadiano na interpretação da região de Carajás	77
<i>Rafael Gonçalves Gumiero</i>	
6 Natureza, infraestrutura, mineração e urbanização: cartografando interseções históricas na região de Carajás	93
<i>Patrícia Capanema Álvares Fernandes</i>	
Parte 2 Tópicos da história regional	115
7 A Amazônia em páginas impressas: a Série Realidade Brasileira da <i>Folha de S. Paulo</i>	117
<i>Eduardo de Melo Salgueiro</i>	
8 Alteridades e outridades na região de Carajás	139
<i>Idelma Santiago da Silva, Flávia Marinho Lisboa e Laécio Rocha de Sena</i>	
9 Privatização de terras na Amazônia: o caso do Polígono dos Castanhais	159
<i>Maurílio de Abreu Monteiro, Amarildo José Mazutti e Regiane Paracampas da Silva</i>	
10 O passado autoritário e seus rastros: 50 anos da Guerrilha do Araguaia (1972-2022)	183
<i>Janaílson Macêdo Luiz</i>	
11 Ouro, empresas e garimpeiros na Amazônia: o caso emblemático de Serra Pelada	207
<i>Maurílio de Abreu Monteiro, Maria Célia Nunes Coelho, Raimundo Garcia Cota e Estêvão José da Silva Barbosa</i>	
12 Estado de Carajás: vontades de verdade em (dis)curso	231
<i>Flávia Marinho Lisboa</i>	

13 Do pentecostalismo à terra de realização <i>Fernando Arthur de Freitas Neves</i>	257
Parte 3 Economia e região	279
14 Crescimento econômico e competitividade espúria na Amazônia: o caso da região de Carajás <i>Maurílio de Abreu Monteiro</i>	281
15 Mercantilização de recursos naturais, desigualdade e pobreza na Amazônia: a região de Carajás <i>Maurílio de Abreu Monteiro</i>	309
16 Relações mercantis e hierarquias na região de Carajás: um perfil econômico a partir de registros fiscais do estado do Pará <i>Lucas Rodrigues</i>	341
17 O FNO na região amazônica de Carajás: aprofundando o caráter primário e deletério da economia regional <i>Rafael Gonçalves Gumiero</i>	361
18 A escala nacional importa? O novo padrão de acumulação no Brasil e a centralidade da região de Carajás <i>Giliad de Souza Silva</i>	381
Parte 4 Conformação da rede urbana	415
19 A inserção das cidades na configuração da fronteira amazônica: um estudo de morfologia urbana na região de Carajás, 2010 – 2020 <i>José Júlio Ferreira Lima e Lucas França Rolim</i>	417
20 Núcleos urbanos informais em Carajás: o caso das Regiões Imediatas de Marabá e Parauapebas <i>Sergio Moreno Redón, Gabriel Moraes de Outeiro, Ana Carolina Campos de Melo e Rafael Gonçalves Gumiero</i>	441
21 Saneamento básico e pobreza na Amazônia: um diagnóstico para a região de Carajás <i>Daniel Nogueira Silva, Emílio Campos Mendes e Ritbielly Lira Sousa</i>	467
22 Panorama midiático da região de Carajás <i>Elaine Javorski Souza</i>	485
Parte 5 Ensino e escola	503
23 Letramento precário: uma faceta da configuração da região de Carajás <i>Vanja Elizabeth Sousa Costa, Maurílio de Abreu Monteiro e Gabriel Costa Oliveira</i>	505
24 A escola como objeto de pesquisa histórica na e sobre a região de Carajás: notas iniciais <i>Erinaldo Vicente Cavalcanti</i>	523

25 Para superar abismos no ensino: um outro modo de organizar e construir conhecimento <i>Rosemeri Scalabrin</i>	545
Parte 6 Elementos do agrário regional	569
26 Trajetórias produtivas no agrário amazônico: o caso da região de Carajás <i>Maurílio de Abreu Monteiro</i>	571
27 Cenário e perspectivas para a produção animal na região de Carajás <i>Anaiane Pereira Souza, Caroline Nebo, Fernanda Franco Alves e Ester da Silva Criança</i>	613
28 Caracterização produtiva da atividade leiteira em estabelecimentos na região de Carajás <i>Jefferson Rodrigues Gandra, Fabíola Miranda da Silva, Lucas Magovski Soares, Paulo Vinícius da Costa Mendes, Erika Rosendo de Sena Gandra e Milena Raiane Alves da Silva</i>	637
29 O ônus ambiental do paradigma agropecuário em Carajás e a construção de alternativas <i>Diego de Macedo Rodrigues e Maurílio de Abreu Monteiro</i>	655
Parte 7 Domínios da natureza	675
30 Componentes naturais da paisagem na região de Carajás <i>Estêvão José da Silva Barbosa, Maria Rita Vidal, Abraão Levi dos Santos Mascarenhas e Larissa Nascimento Fanjas da Silva</i>	677
31 Geoeecologia: aportes para uma aproximação taxonômica das unidades de paisagens para a região de Carajás <i>Maria Rita Vidal, Abraão Levi dos Santos Mascarenhas, Edson Vicente da Silva e Estêvão José da Silva Barbosa</i>	707
32 A matriz hidrográfica da região de Carajás: um estudo sobre unidades fluviais e pressões espacialmente explícitas na paisagem <i>Keid Nolan Silva Sousa</i>	729
Sobre as autoras e os autores	751

UM DIÁLOGO POSSÍVEL? APROXIMAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES DO INVENTÁRIO FURTADIANO NA INTERPRETAÇÃO DA REGIÃO DE CARAJÁS

Rafael Gonçalves Gumiero  

INTRODUÇÃO: POR QUE PENSAR (N)A REGIÃO?

A pesquisa científica, no âmbito do planejamento urbano e regional, objetiva compreender os problemas que perpassam territórios no transcurso da reprodução do capitalismo matizada por dinâmicas e processos que tangenciam as escalas regional e global, uma vez que, no sistema capitalista, a triangulação entre território, região e nação é influenciada pela escala global.

Neste contexto, a problematização da “questão regional” trazida neste capítulo deriva de debates teóricos em torno da herança histórica das desigualdades regionais do Brasil, principalmente nas regiões periféricas Norte, Nordeste e Centro-Oeste em relação às regiões Sul e Sudeste. Teses e abordagens sobre os fenômenos advindos das desigualdades regionais no Brasil são vinculadas a uma importante geração de teóricos(as) que se debruçaram sobre esse o tema que orienta o objeto de pesquisa: Celso Furtado (1959), com experiência no planejamento do desenvolvimento, com sua ênfase regional na região Nordeste; Francisco de Oliveira (1959), com estudo pioneiro sobre os problemas de industrialização de Recife, em Pernambuco; Wilson Cano (1977) colaborou ativamente desde a sua tese sobre a concentração industrial em São Paulo, abordando os desequilíbrios regionais e o processo de desconcentração e reconcentração industrial no Brasil; Tânia Bacelar Araújo (2000) desmitificou as desigualdades inter e intrarregionais da região Nordeste, apresentando um múltiplo referencial com escalas e intensidades de desigualdades nessa região; Becker (1985), acerca da expansão da fronteira e a urbanização na Amazônia; Pacheco (1998), sobre a tese da fragmentação produtiva decorrente do processo de industrialização desigual no Brasil, e aos quais se juntam Otamar de Carvalho (1988); Carlos Brandão (2007); Clelio Campolina Diniz (1993), dentre outros.

Esses(as) autores(as) elaboraram teses que, conjugadas, permitem compreender, por prismas e enfoques distintos, fundamentos das desigualdades regionais, inter e intrarregionais, e explicitar as dinâmicas em que se baseiam os fenômenos das desigualdades regionais. Deste repertório, destaca-se, no presente texto, Celso Furtado, que pioneiramente formulou “Uma

política de desenvolvimento para o Nordeste”, em 1958, por intermédio do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento para o Nordeste (GTDN), mobilizando um diagnóstico das desigualdades regionais pautadas pelo referencial metodológico histórico-estruturalista, que posteriormente recebeu uma importante colaboração ao ser redimensionado à escala regional do Nordeste tendo por base abordagem articulada à noção do subdesenvolvimento.

Na análise de Furtado, a escala global é posicionada como central para compreender o circuito da acumulação de capital nas relações centro-periferia, apreendidas em suas especificidades por meio de relações conceitos: ciclos econômicos; dualismo estrutural; efeito demonstração/mimetismo; formas de dominação. Categorias analíticas que, posteriormente, são analisadas mediante o entendimento de como reverberaram na escala regional as articulações nelas expressas, permitindo que sejam considerados, assim, os fenômenos do subdesenvolvimento metamorfoseado em impacto, geradores de maiores gradientes de assimetrias territoriais.

No âmbito do debate da “questão regional”, este texto busca, por intermédio da teoria de Celso Furtado, apresentar uma interpretação sobre a região de Carajás, no bioma Amazônia, tendo como referência o artigo “Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás”, de autoria de Monteiro e Silva, publicado originalmente em 2021 e reproduzindo no segundo capítulo deste livro. Objetiva-se, assim, mobilizar o referencial teórico da Teoria do Desenvolvimento de Celso Furtado com o propósito de: a) elencar as categorias analíticas das dimensões econômica, histórica e política de sua teoria que permitem interpretar a região, do ponto de vista das desigualdades regionais; b) relacionar essas categorias analíticas para interpretar as desigualdades regionais, em específico as da região de Carajás; c) fundamentar uma matriz metodológica analítica composta por categorias e dimensões das desigualdades que compreendem o subdesenvolvimento no Brasil a partir de um enfoque regional.

O capítulo está dividido, além da introdução e das considerações finais, em um tópico sobre a organização do mosaico das categorias analíticas da Teoria do Desenvolvimento de Celso Furtado, seguido da análise comparativa dessas categorias furtadianas com as do citado artigo “Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás”, que oferece uma interpretação acerca dos processos de conformação da região de Carajás.

AS CATEGORIAS ANALÍTICAS DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DE CELSO FURTADO: À GUIA DA COMPREENSÃO DAS DESIGUALDADES MULTIESCALARES

A iniciação na formação intelectual de Furtado proveio da literatura, todavia é no campo das ciências econômicas que se dá a sua imersão, fundamentada nas obras de intelectuais que figuram como importantes formuladores no campo do planejamento estatal, como Perroux, Byé, Keynes, Schumpeter e Prebisch. Dessa maneira, as ciências econômicas podem ser posicionadas como epicentro do pensamento furtadiano, provendo fundamento basilar para suas obras, as quais possuem metodologia elaborada a partir da referência do estruturalismo latino-americano alinhavado aos diagnósticos estruturais da economia, balizados pelas escalas global, nacional e regional.

A aplicação de diferentes conceitos elaborados por seminiais autores, anteriormente citados, possibilitou a Furtado gestar, no campo do conhecimento hermenêutico, expertise em tratar os conceitos em sua essência para organizar a aplicação deles no campo material. Esse movimento compreendeu, em uma primeira mirada, o sistema capitalista global e as suas intersecções com as especificidades da economia brasileira, das quais são provenientes as regiões.

No método elaborado por Celso Furtado, ao longo da sua profícua trajetória intelectual, o constructo teórico da região é resultante das suas formulações referentes às dimensões histórica, econômica e política, conforme aponta Gumiero (2022).

Para uma aproximação às formulações teóricas de Furtado, a apreensão da primeira dimensão a ser considerada é a da História, dimensão que pode ser organizada por meio de categorias analíticas que envolvem a trajetória do capitalismo global nos países periféricos, interpretada como peça-chave na configuração da dependência estrutural. Na obra “A Economia Brasileira”, de 1954, Furtado oferece fundamentos que justificam o caráter histórico-estrutural da dependência da economia brasileira em relação ao centro capitalista. Neste aspecto, se, por um lado, os conceitos trazem fortes influências dos autores clássicos de países centrais, por outro, há a ressignificação deles de acordo com as especificidades do subdesenvolvimento no Brasil. Portanto, para assimilar as especificidades do pensamento de Furtado, é fundamental compreender, em sua análise, a dimensão da História como central.

Para Furtado, a relação estabelecida via comércio internacional entre os países centrais, ocupando a posição de metrópole, e os países periféricos, referenciados como colônia, permite posicionar a escala global como chave para interpretação das adversidades provenientes da divisão internacional do trabalho nos países periféricos, seja pela dependência econômica e cultural desde a ocupação do território e em sua manutenção, seja pela coerção e força, em uma economia que, no seu nascedouro, tinha como principal característica da sua estrutura social e econômica a escravidão. A História é a dimensão manuseada por Furtado para recuperar os processos incutidos na formação das estruturas econômicas e sociais considerando as disparidades, que organizam, por intermédio de laços históricos, a trajetória de dependência dos países subdesenvolvidos (Furtado, 1954).

Se, por um lado, os trabalhos de Furtado (1954) oferecem uma interpretação teórica para a reprodução histórica das estruturas de dependência, por outro, mobilizam as noções de inovações de base schumpeteriana como elemento explicativo de dinâmicas de mudança no processo do desenvolvimento, configuradas *pari passu* às acumulações de novo capital. Dessa forma, o desenvolvimento é gerado tanto a partir da introdução de nova combinação produtiva quanto de sua propagação, esta última intrinsecamente conectada à acumulação do capital. Todavia, tais noções também necessitaram ser adaptadas à realidade histórica, social e econômica do Brasil, tanto que no capítulo “Formulação teórica do problema do crescimento econômico”, da obra “A Economia Brasileira”, Furtado (1954) apresenta as inconsistências em assumir sem mediações os conceitos importados de autores estrangeiros de países centrais de modo *ceteris paribus*, para o caso da periferia no Brasil. Nas apreciações furtadianas, as inconsistências em utilizar *in locu* os conceitos importados estão na inadequação da convergência deles em relação ao processo de formação histórica, econômica e social do Brasil, uma vez que estão circunscritos originalmente às economias industriais na Europa. Um exemplo típico dessas inconsistências é a escassez do fator

capital na periferia que projeta o labirinto do círculo vicioso, retroalimentado pelo efeito demonstração, esgotando as reservas do excedente gerado pelo processo produtivo em consumo de bens suntuosos importados dos países centrais pelas elites (Furtado, 1954).

Assim, esta dimensão é fundamental para dar historicidade às características que determinam os processos de subdesenvolvimento e de desenvolvimento na teoria de Furtado, já que ela combina os processos de investimentos às especificidades provenientes das desigualdades regionais fundamentadas em estruturas econômicas e sociais cujos fundamentos e origens são históricos, demonstrando que as tentativas de superação do subdesenvolvimento requerem diagnóstico com rigoroso fundamento histórico para que as economias possam ser objeto de coerente intervenção por meio do planejamento.

A segunda dimensão é a da Economia, que possui íntima relação com a dimensão da História no pensamento furtadiano. A recuperação de alguns elementos na obra de “Formação Econômica do Brasil”, de 1959, explicita categorias que foram mobilizadas nesta dimensão, quais sejam: ciclos econômicos e dualismo estrutural (Furtado, 1959).

Um movimento realizado por Furtado em direção à temática da região proveio dos estudos acerca da economia brasileira, balizada sob a perspectiva keynesiana de ciclos econômicos, cujos desdobramentos estavam atrelados à sucessão da primazia de dadas atividades econômicas. O ciclo econômico comporta uma fase de ascensão da atividade econômica que tem principalidade no mercado internacional, sucedida pela estabilidade e pela fase de declínio, que importa na redução da produção da região. A economia dos ciclos, em dada região, encerraria temporalidade histórica na principalidade e importância dessa atividade produzida, e ao transitar para outro ciclo, há a ascensão econômica de uma região em detrimento da decadência econômica em outra região (Furtado, 1959).

Em “Formação Econômica do Brasil”, Furtado chama a atenção para o fato de as estruturas econômicas regionais representarem amarras para os processos de desenvolvimento. Naquele documento, Furtado argumenta que a região está, em grande medida, condicionada à sua própria conformação. Tendo por base esse esquema interpretativo, no caso do Nordeste, teria sido a produção de cana-de-açúcar que pavimentou a leitura sobre a economia da região. E, de modo sucessivo, para os casos de Minas Gerais, por intermédio da mineração do ouro, da Amazônia, pela extração da borracha, e finalmente de São Paulo, pelo complexo cafeeiro.

Todavia, em um segundo momento, Furtado (1959) – em “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste” formulada pelo Grupo de Trabalho de Desenvolvimento para o Nordeste (GTDN) – aprimorou a sua interpretação sobre a conformação de dinâmicas ao depreender que os ciclos produtivos regionais não seriam suficientes para produzir a interpretação relativa à economia regional. O documento oferece uma análise referente às características do subdesenvolvimento no Brasil, caracterizado por dualismo estrutural. Nos anos 1950, a relação comercial desigual entre a economia nordestina, estagnada, e a economia do Centro-Sul, em crescimento econômico, reproduziu uma relação econômica próxima à relação de centro-periferia. Essa relação entre economias regionais não pode ser equivalente à da comercialização internacional entre países do centro e da periferia, porém a região com economia em crescimento econômico exerce a função de polo dominador, enquanto a outra, em estado estagnado, de polo

dominado. Essa relação abriu uma importante linha de interpretação sobre o subdesenvolvimento, como um condicionante de desigualdades regionais.

Em “Operação Nordeste”, publicada em 1959, Furtado amplia o campo dos estudos regionais, sob o viés crítico de análise balizado pelo estruturalismo cepalino. A principal referência adveio do documento técnico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) intitulado “Estudo Preliminar da Técnica de Programação do Desenvolvimento Econômico” (Cepal, 1957), que formulou a dinâmica técnica do planejamento em dois momentos. O primeiro passo destas técnicas foi determinar as metas de desenvolvimento possíveis para uma economia, o que somente é possível se for realizando o exame de crescimento do país nos últimos anos e dos fatores dinâmicos para o crescimento, para que seja possível realizar o diagnóstico da economia nacional. O cálculo do investimento total exige mensuração do estoque de capital existente e da renda dele proveniente em um período recente. Essa relação gera um cálculo aproximado do volume de novos investimentos necessários para obter o aumento da renda. O segundo passo foi o cálculo preliminar do volume de renda que será obtido ano após ano, a cada taxa de crescimento, e da quantidade do investimento total anual requerido para obtê-lo. Com base nisso, são formuladas as projeções de renda e do investimento, que podem ser gerais e globais. Posteriormente, as projeções para os diversos setores das economias são calculadas, com base nas estimativas mais detalhadas de capital exigido em cada um deles, e que poderão corrigir as projeções globais de investimento (Cepal, 1957).

Apesar de o referido roteiro técnico da Cepal produzir um importante guia para o planejamento, Furtado (1959) avançou sistematicamente acerca do planejamento regional para o Nordeste. Naquele contexto, um elemento importante contido na análise foi a recusa da solução para o subdesenvolvimento do Nordeste, a qual seria a "solução hidráulica", tese anteriormente apresentada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). A nova interpretação gerada pela Sudene apontava, ao contrário, o peso das condições econômicas, sociais e políticas do subdesenvolvimento nacional, incluindo as assimetrias do dualismo estrutural e a permanência de velhas elites oligárquicas e primário-exportadoras como elementos basilares para perpetuação do atraso do Nordeste. Um segundo elemento foi o da associação entre a percepção do diagnóstico do subdesenvolvimento de matriz histórico-estruturalista cepalina e a função do papel do Estado como instrumento na condução do desenvolvimento e na estratégia do planejamento. A matriz desenvolvimentista no eixo do planejamento regional foi ainda reforçada pela análise teórica e empírica do relatório “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste”, que subsidiou a formulação do Primeiro e do Segundo Planos Diretores da Sudene (1961 e 1963).

Alcança-se, assim, a terceira das dimensões das formulações de Furtado: a dimensão política. As categorias analíticas articuladas em torno dessa dimensão podem ser divididas em: a) planejamento com lastro histórico estruturalista da Cepal e b) elites políticas regionais do Nordeste. A dimensão política na Teoria do Desenvolvimento de Furtado pode ser apresentada a partir da noção da planificação técnica advinda do documento citado (Cepal, 1957) e, principalmente, pela abordagem desenvolvimentista regionalista da Sudene no Nordeste. O planejamento da Sudene pode ser dividido em duas interfaces de atuação: a do diagnóstico, conforme apresentado anteriormente acerca das condições estruturais do Nordeste, e a do prognóstico, resultante da formulação e implementação dos planos diretores para superação das desigualdades regionais e, conseqüentemente, do subdesenvolvimento.

O Primeiro e o Segundo Planos Diretores produzidos no período de 1959 a 1964 expressaram as concepções de Celso Furtado pela transformação econômica e política da região Nordeste. Eles foram formulados sob orientação do diagnóstico estrutural do subdesenvolvimento da região, tendo como foco o enfrentamento das desigualdades regionais e dos determinantes econômicos, sociais e políticos oriundos dessas estruturas deformadas. Três constatações marcam o Primeiro Plano Diretor e sua formulação, em 1961, como um diagnóstico decisivo para o agravamento do subdesenvolvimento: a) o Nordeste é uma das regiões em que a população vive em condições precárias; b) a região apresenta potencial inexplorado para o seu desenvolvimento, havendo uma variedade de recursos naturais subutilizados e contingente populacional suficiente para receber treinamento e assimilar técnicas modernas, e c) a liderança do Poder Público, no processo de formação de capital, é primordial para que seja reduzida a distância (econômica, social e de infraestrutura) que separa o Nordeste do Sul do país (Sudene, 1966).

Como propostas para superação do subdesenvolvimento, o Primeiro Plano Diretor indicou diretrizes balizadas majoritariamente por duas frentes de trabalhos: 1) modernização da infraestrutura com investimentos nos setores de transporte e de energia elétrica, reformulação da política de aproveitamento dos recursos de água e prioridade nos investimentos aos serviços de abastecimento de água urbanos no interior dessa região, e 2) reorganização da economia com reestruturação da economia rural da zona úmida e na caatinga, com a conciliação racional dos recursos de terra, a colonização da zona úmida, do Maranhão e do sul da Bahia, e a coordenação dos investimentos públicos e privados para as indústrias de base (Sudene, 1966).

A Lei 3.692 de 1959 atribuiu à Sudene a responsabilidade de formular diretrizes de uma política de desenvolvimento regional. Com base nessa lei, essa instituição aplicou uma reforma administrativa para executar as técnicas de planejamento combinadas com o mecanismo de incentivos fiscais, por meio do Artigo 34, considerado um estímulo para formação de empresas nacionais privadas especializadas em diferentes setores produtivos no Nordeste. O Artigo 34 outorgou isenção de até 50% dos impostos de renda de pessoas jurídicas que optassem por aplicá-los em investimentos no Nordeste, no intuito de estimular a implantação de atividades econômicas nessa região (Sudene, 1966).

A multiescalariedade na teoria de Furtado perpassa pela ótica das relações econômicas estabelecidas entre a economia regional e as economias nacional e global. A escala global é compreendida pela dimensão econômica conferida pela rede formada pela divisão internacional do trabalho, por intermédio do comércio internacional, e pela dimensão política, dada pelas relações de dependência econômica e, principalmente, políticas, com a metrópole ou a representação dela, por meio da hegemonia exercida pelos países centrais. A escala nacional é compreendida pela dimensão econômica, formatada pelo sistema econômico formado pela matriz produtiva e pela dimensão política conferida pelo pacto federativo entre as unidades federativas. A escala regional é formada pela dimensão econômica por meio da divisão econômica do trabalho e a sua relação com o sistema nacional, e pela dimensão política por intermédio das coalizões formadas pelas elites regionais e locais. Na escala local, temos as atividades econômicas e a sua relação com a dimensão política, por meio das bases de sustentação das elites locais.

Neste aspecto, a multiescalariedade pode ser relacionada a equação e fricção das elites políticas locais e regionais, marcada pelo enfrentamento nas arenas deliberativas, como foi no caso

do Conselho Deliberativo da Sudene, formado pelos governadores estaduais e representantes técnicos da Sudene, acionando uma importante chave interpretativa em Furtado, referente à categoria de escalas de poder, que passa a ser acionada pela compreensão das representações dos poderes político e econômico.

A dimensão política na Teoria do Desenvolvimento de Furtado perpassa pelas escalas de poder, tanto que o mecanismo de financiamento de desenvolvimento do Nordeste materializado pelo disposto no “Artigo 34/18”¹ transformou-se em um complexo sistema legal, administrativo e institucional, resultando das disputas políticas tratadas pelas elites locais e regionais do Nordeste no caso típico da busca de recursos. Com o golpe militar de 1964, os mecanismos estabelecidos por meio do “Artigo 34/18” foram extintos, sendo sucedidos pelo Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor)².

O sistema jurídico burocrático formulado a partir da desestruturação do “Artigo 38/14” para a institucionalização do Finor na Sudene permitiu legitimar e blindar o fortalecimento da coalizão de poder. No artigo *Brasil: da república oligárquica ao Estado militar*, de Furtado (1979), é fundamentado a estrutura do poder político brasileiro e as rupturas na democracia causadas pelo golpe militar de 1964. A instabilidade do sistema de poder é consequência da fricção intensa entre a oligarquia rural, cuja dominação das massas rurais e urbanas (em regiões atrasadas) foi consequência do mecanismo de repasse de recursos financeiros públicos para a implementação do fenômeno do coronelismo, para eleição de parlamentares. O presidente da república, que fez uso do slogan da modernização, foi apoiado pelas classes médias urbanas, ansiosas por favorecimentos políticos. O populismo como fenômeno do sistema político brasileiro foi resultante do choque da resistência da classe oligárquica em manter o seu poder local e regional, frente ao avanço das classes médias urbanas, as quais, tardiamente, requisitaram o sistema de controle político das massas urbanas e em relação à organização das massas em torno de movimentos sociais. À medida que esses movimentos ganharam terreno pelas reformas de base, houve contraofensiva das elites políticas, representadas pela oligarquia contrária a essas reformas, que recorreram às forças armadas para conter as reformas populares e eliminar a democracia formal (Furtado, 1979).

Na dimensão política da Teoria do Desenvolvimento de Furtado, a categoria de escalas de poder está fortemente discutida na perspectiva da região. Ela pode ser acionada pela compreensão das representações dos poderes político e econômico no sistema político ditatorial, emanado pelo Golpe de 1964, atropelando a resistência realizada pelos movimentos sociais devido à irrupção da democracia, fortalecendo pela multiescalariedade do poder, trafegada pela concessão de fundos públicos por intermédio da hierarquização da escala nacional, pelos ministérios do Planejamento

¹ Trata-se de dispositivo instituído pelo artigo 34 da lei que aprovou o primeiro plano diretor da Sudene (Lei 3.995 de 14 de dezembro de 1961) e do artigo 18, da lei que sancionou o programa para 1963-1965, Lei n. 4.239, de 27 de junho de 1963, e tornou-se conhecido pelo nome de incentivos fiscais do Artigo 34/18 ou simplesmente Artigo 34/18. O artigo 34 outorgou isenção de até 50% dos impostos de renda de pessoas jurídicas que optassem por aplicá-los em investimentos no Nordeste, no intuito de estimular essa região. Os incentivos fiscais para empresas nacionais privadas foram para concessão desses incentivos à instalação da indústria no Nordeste nos setores: infraestrutura econômica, especialmente energia elétrica, serviços básicos de transporte e comunicações, extração de recursos minerais; indústrias estratégicas e as que utilizavam como insumo as matérias-primas locais; reequipamento de indústrias de alimentos, produção agrícola, pesca e armazéns (Sudene, 1966).

² Em 1974, foram criados, pelo Decreto-Lei n. 1.376, três fundos de investimentos: o do Nordeste (Finor); o da Amazônia (Finam), e outro para os setores de reflorestamento, pesca e turismo – Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset). A supervisão desses fundos ficou sob responsabilidade, respectivamente, da Sudene, da Sudam e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), no caso do reflorestamento; a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), em relação à pesca, e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), sobre o turismo.

e do Interior, por meio do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para a escala regional pelos programas do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra), e do Programa de Integração Nacional (PIN) articulados com os órgãos de planejamento das Superintendências regionais, que, no caso do Nordeste, foi a Sudene, até a escala local concedida pelos fundos de financiamento para instalação de projetos concedidos às elites locais e regionais.

Feita essa breve apresentação de categorias furtadianas, no item seguinte procura-se indicar em que medida elas podem dialogar com a “questão regional” em Carajás, nos termos apresentados por Monteiro e Silva (2023).

DIÁLOGO ENTRE O REPERTÓRIO METODOLÓGICO FURTADIANO COM A ECONOMIA DE CARAJÁS

Monteiro e Silva (2023), no capítulo “Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás”, mobilizam matrizes conceituais para fundamentar os processos de incorporação ao mercado global e à conformação da região enquanto uma unidade distinta do espaço da fração oriental do bioma Amazônia, na intersecção do Nordeste brasileiro conectado ao Maranhão com Tocantins e Mato Grosso, interligando os ramais de conexão com o Centro-Oeste, ambos articulados com os modais logísticos para a inserção na Amazônia.

Os municípios que compõem a regionalização de Carajás possuem uma posição estratégica e, mais do que isso, são espaços que estão articulados com as conexões comerciais com o exterior, principalmente devido às exportações de produtos primários, *commodities*, como a soja, o minério e a carne bovina.

Os autores referidos posicionam a fronteira como um espaço fecundo para que sejam articuladas a acumulação e a absorção de excedentes de capital e mão de obra, principalmente em momentos de crise, com a reestruturação produtiva orientada pela relação menor custo na produção e (re)valorização, a partir da demanda das *commodities*. Neste ínterim, o avanço do capital para fronteira advém de investimentos do Estado e da iniciativa privada, principalmente em infraestruturas destinadas a vencer barreiras espaciais à circulação do capital, que passam a ser funcionalizadas regionalmente como vértebras articuladoras da valorização mercantil de recursos naturais, convertidas em *commodities* e direcionadas para exportação. É nesse contexto que a região de Carajás é resultante, simultaneamente, da modernização produtiva e de sua inserção em duas escalas relacionadas à espacialização da produção de *commodities*: a primeira é referente à nacional, pela integração econômica no mercado de trabalho, e a segunda é a escala global, determinada pela posição do País na divisão internacional do trabalho (Monteiro e Silva, 2023).

A região foi caracterizada por Monteiro e Silva (2023) a partir de categorias e escalas analíticas: a) a fronteira foi mobilizada com a escala global em relação ao bioma amazônico; b) a escala regional, como receptora dos fenômenos oriundos dos efeitos da relação centro-periferia, tais como a heterogeneidade, considerando a diferenciação espacial e as relações de dependência na constituição da hierarquização dos núcleos urbanos e os fluxos conectados a eles, e a homogeneidade do espaço proveniente do fomento das infraestruturas para superar barreiras

espaciais e integrar a extração e produção de recursos naturais aos mercados nacional e internacional.

No curso da análise dessa interpretação, para se resgatar o diálogo com as categorias furtadianas, é necessário que se faça uma breve digressão que permita incorporar uma categoria de fundamental importância para a interpretação da história econômica da Amazônia. Trata-se de constructo teórico utilizado por Costa (2020) na elaboração de crítica à noção de ciclos econômicos como modelo analítico de suporte à interpretação da evolução da economia amazônica. Nesse contexto, aponta-se como alternativa heurística a apreensão das mudanças históricas como decorrentes da disputa e sucessão de trajetórias tecnológicas nos processos de dinamização e de mudança da economia amazônica. Essas categorias são utilizadas, neste livro, por Monteiro (2023), para caracterizar a economia agrária da região Carajás.

A dimensão histórica na Teoria do Desenvolvimento de Furtado pondera com prioridade a escala global do capitalismo, dado que é a partir da divisão internacional do trabalho que as ramificações das relações que fomentam as dependências econômica e cultural da periferia em relação ao centro se estabelecem (Furtado, 1954). Na Amazônia, as atividades primárias-exportadoras comportam baixo nível de diversidade produtiva e complexidade, e mostram-se vulneráveis às oscilações no comércio internacional.

A difusão da produção mercantil decorrente de ajustes espaçotemporais é tomada como fundamento por Monteiro e Silva (2023) para compreender os fluxos de ocupação, formação e modernização, e a configuração da região Carajás. A formação histórica de Carajás, diferentemente do que propõe a literatura clássica sobre formação econômica do Brasil, dentre esta a da lavra de Celso Furtado, não permite enquadrá-la no modelo teórico dos ciclos econômicos. As justificativas teóricas dessa impossibilidade foram tecidas pioneiramente e elaboradas por Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira Silva (1981), e posteriormente por Costa (2020), considerando as inconsistências encontradas na argumentação sobre os ciclos econômicos na Amazônia.

É no contexto desse debate teórico-metodológico que Costa (2020) elabora uma pergunta destinada a questionar a proposição de Furtado. Costa (2020) indaga: qual é a periodicidade para que seja possível quantificar a rotatividade de ciclos extrativistas e agrícolas na Amazônia? Partindo das premissas de Linhares e Silva (1981), Costa (2020) argumenta que não é possível caracterizar uma economia regional da Amazônia a partir do enfoque em um único produto, analisando somente a sua capacidade de irradiação no mercado mundial como um processo linear de encadeamento que é reverberado em outros setores da economia colonial.

Costa (2020) argumenta que os ciclos não podem ser inseridos como eixo interpretativo para compreensão das dinâmicas econômicas da Amazônia e aponta que as deficiências desse método estão fundamentadas em dois aspectos: o primeiro relaciona-se à diacronia, pois não há precisão do início e do término da sequência das fases; o segundo diz respeito à sincronia dos eventos relevantes, pois, ao considerar apenas o produto líder, concomitantemente há desvalorização de outras atividades que foram determinantes para a arregimentação das estruturas econômicas e sociais das regiões. Para ele, é necessário compreender a importância das estruturas sociais constituídas pelos agentes sociais, como no caso dos camponeses, e a sua relação na organização da divisão do trabalho que se expressa fora das estruturas dominantes.

A economia amazônica obteve, em uma das fases do crescimento, o fluxo de geração e circulação de capital gerado pela extração da borracha, porém Costa (2020) adverte que houve expansão das exportações de outros produtos originários da floresta, de bens secundários, como a salsaparrilha (*Smilax longifolia* Rich.), o urucum (*Bixa orellana*) e a piaçava (*Attalea funifera*), e desencadeou o aumento da demanda por bens tradicionais, como o cacau (*Theobroma cacao*), a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*) e o guaraná (*Paullinia cupana*). Dessa forma, apesar da queda no preço da borracha no comércio internacional devido à concorrência dos países no Extremo Oriente e, subsequentemente, a curva descendente da extração e comercialização da borracha ter impactado o capital mercantil que gestou os seringais, este impacto implicou a rearticulação produtiva no âmbito do campesinato extrativista. A formação dos campesinatos agrícolas ensejou a reestruturação da economia regional e permitiu gerar novas experiências agrícolas.

Portanto, a designação para as experiências das atividades produtivas na Amazônia e, mais especificamente na região de Carajás, é apresentada em um quadro da diversidade estrutural crescente e que deve ser compreendido para além da economia pavimentada pelos fluxos produtivos elegidos dos principais produtos de exportação. Neste processo de complexificação das realidades locais, destaca-se, na segunda metade do século XIX, o deslocamento de criadores de gado bovino do Nordeste para os campos do Araguaia, já no bioma Amazônia. Foi esse movimento que ensejou a institucionalização, pelo governo do Grão-Pará, de medidas para impulsionar a colonização dos vales dos Rios Pau d'Arco e Itacaiúnas, outorgando a colônia agrícola Burgo Agrícola do Itacaiúnas, atualmente Marabá (Monteiro e Silva, 2023).

No quartel final do século XIX e no início do XX, tendo como epicentro na economia a demanda global pela borracha, a qual provocou a ampliação da extração do látex do caucho (*Castilla ulei* Warb.), utilizado como insumo na produção da borracha. A incorporação desse espaço ao mercado mundial avança, sendo marcado pela constituição e pelo desenvolvimento das estruturas sociais aptas a transformarem os valores de uso disponibilizados pelo bioma amazônico e seus ecossistemas em *commodities*. É neste contexto da demanda aquecida de caucho que, em 1905, houve o início das obras da implantação da Estrada de Ferro Tocantins, infraestrutura projetada para superar barreira espacial à circulação de mercadorias, representada por pedrais existentes no curso médio do Rio Tocantins. A inflexão na demanda de borracha ocasionou o arrefecimento da extração de caucho e se projetou diretamente na realidade local e na sua dinâmica mercantil, impulsionando a reorganização e a reestruturação de estruturas sociais previamente existentes para a exploração da castanha-do-pará, que gerou uma nova mediação entre o território e a produção, o que resultou em outro determinante fundamental para analisar a região, qual seja, a consolidação de uma oligarquia regional (Monteiro e Silva, 2023).

A constituição de uma elite local fortalecido pela dinâmica das forças produtivas da castanha gerou concentração das tomadas de decisão em duas escalas de análise. Na primeira é direcionada para as tomadas de decisões tomadas na escala global pelas frações de capital e principalmente pelo interesse na compra de *commodities*. Na segunda escala é a relação estabelecida entre os agentes econômicos representantes do capital financeiro atuando no território de modo vis à vis com as elites locais, determinando investimentos de capital em infraestruturas capazes de favorecer a circulação de mercadorias, capitais e força de trabalho (Monteiro e Silva, 2023).

Nas últimas quatro décadas do século XX, a acumulação global impulsionou processos de reorganização espacial que ensejaram a realização de investimentos pelo Estado em infraestruturas e na organização das estruturas produtivas voltada à aceleração da valorização dos recursos naturais de Carajás. Para Monteiro e Silva (2023),

[...] já no primeiro ano da ditadura militar e sobretudo em virtude dos impulsos provocados pela ligação rodoviária entre Belém e Brasília, o governador Jarbas Passarinho iniciou a construção da rodovia estadual PA-070, atualmente BR-222, que interligaria Marabá àquela rodovia. Ao efetuar a primeira conexão rodoviária com Belém, a rodovia PA-070 quebrou a dependência do transporte fluvial pelo rio Tocantins. Perdeu importância, assim, a Estrada de Ferro Tucuruí, construída para complementar a navegação fluvial; ela foi desativada em 1973. O processo de rápida integração rodoviária e de centralização autoritária contribuiu sobremaneira para a redução do poder da oligarquia regional (Monteiro e Silva, 2023, p. 25).

Neste contexto histórico, a escala global tensiona e conforma as realidades locais por meio dos vínculos entre dinâmicas produtivas regionais e em evolução. Ganham força crescente, sob o regime militar, os projetos voltados à extração mineral e agropecuários, configurando assim elementos centrais da economia e da sociedade da região de Carajás.

Na Dimensão Econômica da Teoria do Desenvolvimento de Furtado, os ciclos econômicos possuem importante análise para compreender as diferentes dinâmicas produtivas nas regiões do Brasil. Porém, para o caso da economia da Amazônia, é possível compreender esse processo como oriundo da tese de Costa (2020), em que a economia local da Amazônia formou arranjos produtivos diversos que articulam trajetórias tecnológicas integradas pelas cadeias de valor. Os agentes sociais fundamentaram sistemas complexos que compõem o tecido social para a implantação desta dinâmica econômica de acordo com as especificidades locais. Portanto, os ciclos econômicos não convergem com as características da economia e da sociedade amazônica, que possui como fenômeno as estruturas sistêmicas e uma diversidade de caminhos.

Ao se comparar com a interpretação da economia de Carajás oferecida por Monteiro e Silva (2023), evidencia-se que os autores têm o foco analítico voltado aos estágios que envolvem a emergência de regiões, nos termos apresentados por Paasi (1991, p. 244) e não para a periodização histórica propriamente dita. A partir desse aspecto, concluem que, com o fim da ditadura militar, houve a configuração territorial na região de Carajás como uma unidade espacial distinta.

Dessa forma, não adotam a noção de ciclos para interpretar a história econômica, contexto no qual os efeitos de ascensão e de declínio, produção de dados e produtos são analisados no quadro da constituição e do desenvolvimento da diversidade estrutural e das estruturas sociais em termos regionais.

O conceito de dualismo estrutural em Furtado pode ser comparado com os efeitos de heterogeneidade e homogeneidade, a partir dos quais os autores Monteiro e Silva (2023) alertam que, em Carajás, estes foram determinantes para condicionar o subdesenvolvimento. E, ainda, que dentre esses fenômenos pode ser referenciado o da instalação de infraestruturas voltadas à superação de barreiras à circulação de mercadorias como a ponta da lança para a homogeneização produtiva na região. Homogeneidade que, com a heterogeneidade espacial, já que diversos espaços cumprem funções e papéis distintos em uma economia regional que, embora integrada econômica, social, ideológica e culturalmente, é também fortemente hierarquizada e na qual os núcleos urbanos possuem condições muito diferenciadas.

Nesse processo da estruturação dessa economia regional e dessa rede de núcleos urbanos, foi decisiva a interligação de Carajás às regiões Centro-Oeste e Nordeste por meio da construção das rodovias Belém-Brasília (BR-010) e Transamazônica (BR-230). Neste contexto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 1971, implementou um projeto de colonização na Amazônia, tendo como objetivo assumir a jurisdição do uso da terra numa faixa de 10 km de cada lado da Transamazônica, nos trechos Marabá-Altamira e Marabá-Estreito. Concomitantemente, o governo militar passou a utilizar uma faixa de 100 km de largura em ambas as margens das rodovias federais abertas na Amazônia, o que absorveu cerca de 52% do território do estado do Pará, enfraquecendo os governos estadual e municipal, como também enfraquecendo as elites agrárias (Monteiro e Silva, 2023).

Ademais, outras infraestruturas foram instaladas na região de Carajás, conformadas com as forças produtivas regionais: usina hidrelétrica de Tucuruí; rodovia PA-279; minas e ferrovias vinculadas ao Programa Grande Carajás (PGC), que foram marcadas pela violação de direitos e de ocupação de terras coordenadas, em certa medida, pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (Getat) (Monteiro e Silva, 2023). Nas palavras dos autores, foi

[...] um processo fruto de ajustes espaçotemporais que requereu a constituição de infraestruturas espaciais sociais e físicas, seguras e de longo prazo, articuladas a uma série de fatores: uma economia de base primária, vinculada, sobretudo, à pecuária bovina e à mineração; o estabelecimento de uma rede urbana integrada, econômica, social, política e culturalmente capaz de ordenar o espaço social; a generalização regional de práticas sociais; a criação de uma economia espacialmente hierarquizada, apta a mobilizar, extrair e concentrar parte do produto excedente gerado; a constituição de elites econômica, política e culturalmente identificadas com a região; o estabelecimento de grupos que constituem resistência à homogeneização e à hegemonia (Monteiro e Silva, 2023, p. 31).

Na dimensão Política da Teoria do Desenvolvimento de Furtado, é possível estabelecer conexões com a interpretação dos autores supracitados no que tange aos processos decisórios que envolvem a categoria de análise “escalas de poder”. Nesta dimensão analítica, a formulação e a implementação de programas e projetos em Carajás por parte do governo federal foram preponderantes para estabelecer infraestruturas que viabilizaram a mercantilização e exportação dos recursos naturais, como no caso da mineração industrial estabelecida regionalmente do âmbito do PGC. As estruturas econômicas e sociais foram selecionadas *a priori* e edificadas em função dos interesses e da relação entre frações do capital estrangeiro e o Estado nacional, por intermédio de decisões unilaterais em relação às elites e às populações locais. Uma das resultantes disso foi a redução crescente do poder das elites locais, durante os governos militares, e de sua capacidade de influenciar o tipo e a finalidade de obras de infraestrutura significativas a serem edificadas e que reconfiguram atividades produtivas e oportunidades de ganhos e de acumulação (Figura 1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA AGENDA PARA SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES EM CARAJÁS

Celso Furtado, ao longo da sua trajetória acadêmica, perpassou por diferentes fases do seu pensamento, desde a sua formação dentro do cânone dos economistas dos países centrais até o estruturalismo cepalino, combinados com a sua atuação do *police marker* como ministro, na Sudene e no Ministério do Planejamento, nos governos Juscelino Kubistchek e João Goulart. Os obstáculos do subdesenvolvimento apresentaram para Furtado a necessidade de ressignificações

para além do campo das Ciências Econômicas, de modo que foi um interlocutor que conseguiu incorporar a seu cabedal teórico a frutífera interação da Cultura com ciências, como a Antropologia Social e a Sociologia, o que justificou sua atuação como ministro no Ministério da Cultura, no governo Sarney. Na segunda fase da trajetória de Furtado, houve maior interlocução com diferentes áreas, o que se deu, entretanto, sem abandonar o cerne da sua produção intelectual, qual seja, as Ciências Econômicas. Por conta disso, Furtado é um intelectual que abriu as fronteiras do conhecimento para possibilitar o diálogo entre as áreas, ao pensar o desenvolvimento. Dentro deste amplo e polissêmico conceito, à região Nordeste foi dedicada atenção em especial, devido às estruturas específicas que definem o subdesenvolvimento.

Figura 1 – Locomotiva operando, em fevereiro de 2009, na Estrada de Ferro Carajás, infraestrutura edificada durante os governos militares à revelia dos interesses das elites regionais.



Foto: Lucas Lenci.

A incursão no conhecimento que deriva da Teoria do Desenvolvimento de Celso Furtado, ao buscar compreender a região de Carajás, apresenta pontos de similitudes com os seus estudos clássicos sobre Nordeste, bem como apresenta diferenças marcantes, em relação às quais são requeridos o desenvolvimento de conhecimentos inovadores que, em diálogo com os diagnósticos do subdesenvolvimento regionais e relacionados aos da escala global, evidenciem especificidades territoriais. Desse ponto de vista, Furtado foi utilizado como um mediador analítico para compreender os processos que circundam(ram) Carajás.

Os pontos que correspondem com a análise furtadiana de região, em relação à interpretação de Carajás designada por Monteiro e Silva (2023), foram: i) Dimensão História: a) dependência

econômica na relação centro-periferia; ii) Dimensão Econômica: b) dualismo estrutural; iii) Dimensão Política: c) planejamento; d) disputas das elites políticas.

A dependência econômica é ressignificada dentro do Brasil a partir do espalhamento da fronteira em direção ao bioma Amazônia, impulsionado pelas frentes de expansão de diversas ordens e pela oferta de terra. A dependência é relacionada à subalternidade estabelecida em duas escalas diferentes: a da região de Carajás, com a escala nacional pelo mercado de trabalho, e com a escala internacional, pela divisão internacional do trabalho.

A expansão produtiva em Carajás foi vetorizada pelos programas, planos e projetos nos governos militares, que selecionaram áreas nas quais havia interesse internacional para exploração de recursos naturais. E, mesmo diante da promessa do planejamento de corrigir, *a posteriori*, os desequilíbrios sociais e econômicos impulsionados pela intervenção autoritária, o Estado não foi capaz de reduzi-los e, pelo contrário, os amplia ao privilegiar tentativas de reproduzir no bioma Amazônia uma forma de produção industrial, europeia, e ao mantê-la vinculada subalternamente à economia dos países centrais.

A relação entre a conformação regional e a modernização produtiva em Carajás fica patente, e da homogeneização produtiva, impulsionada por atividades voltadas à mercantilização de recursos naturais, decorrem concentração de renda e limitadíssimo enraizamento social por processos modernizantes. Na medida em que se processaram e que se processam investimentos na implantação de logística de infraestrutura, há expansão produtiva alinhavada à demanda exterior, determinando espaços específicos para investimentos, de modo que o dualismo estrutural é reconfigurado como assimetrias intrarregionais ou territoriais.

A reprodução das elites políticas e econômicas da região, assim como a acumulação de capital em diferentes escalas, ocorre tendo por base múltiplas determinantes e decisões em nível regional, que se articulam conforme as necessidades de acumulação capitalista, em termos planetários. Trata-se da efetivação de ganhos locais e da acumulação de capital da elite regional em uma economia de base primária, vinculada, sobretudo, à pecuária bovina e à mineração. Dessa maneira, a modernização produtiva em Carajás ampliou esse processo, ao intensificar os fluxos mercantis matizados pela divisão internacional do trabalho.

Assim, o desenho do planejamento deve ser tecido em articulação com um projeto de nação, embasado no conhecimento e na interpretação das particularidades regionais, para formação de agenda de pesquisa e de formulação de políticas regionais condizentes com as particularidades territoriais da região, para, com isso, elaborar planos e projetos intimamente relacionados com estruturas econômicas e sociais, e com as possibilidades de se construir um desenvolvimento de novo tipo. Dessarte, na região de Carajás, é imprescindível compreender o que fundamenta a produção e a reprodução de estruturas que sustentam o subdesenvolvimento, e que perpassam por relações estabelecidas nas escalas global, nacional, regional e local.

REFERÊNCIAS

- Araújo, T. B. (2000). *Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan; Fase.
- Becker, B. (1985). Fronteira e urbanização repensadas. *Revista Brasileira de Geografia*, 47 (3/4), 357-371.

- Brandão, C. A. (2007). *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Unicamp.
- Cano, W. (1977). *Raízes da concentração industrial em São Paulo* (4ª ed., Vol. 53). Campinas: Unicamp/IE.
- Carvalho, O. (1988). *A economia política do Nordeste. Secas, Irrigação e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Campus.
- Cepal. (1957). Introdução à Técnica de Programação. In *Análise e projeções do desenvolvimento econômico* (pp. 1-54). Rio de Janeiro: BNDE. (parte I)
- Costa, F. A. (2020). *Brief Economic History of the Amazon*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.
- Diniz, C. C. (1993). Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, 3 (1), 35-64. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2306/1247>
- Furtado, C. (1954). *A economia brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: A Noite.
- Furtado, C. (1959). *A operação Nordeste*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros.
- Furtado, C. (1979). Brasil: da república oligárquica ao Estado militar. *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gumiero, R. G. (2022). As dimensões da teoria do desenvolvimento de Furtado: ressignificações das categorias analíticas do subdesenvolvimento. *América Latina en la Historia Económica*, 29, 1-20. Disponível em: <https://doi.org/10.18232/20073496.1243>.
- Linhares, M. Y. L. e Silva, F. C. T. (1981). *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense.
- Monteiro, M. A. (2023). Trajetórias produtivas no agrário amazônico: o caso da região de Carajás. In M. A. Monteiro (Ed.), *Amazônia: a região de Carajás* (pp. 571-611). Belém: NAEA. (neste volume)
- Monteiro, M. A. e Silva, R. P. (2023). Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás. In M. A. Monteiro (Ed.), *Amazônia: a região de Carajás* (pp. 17-34). Belém: NAEA. (neste volume)
- Oliveira, F. (1959). *Problemas de desenvolvimento econômico de Pernambuco*. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco.
- Paasi, A. (1991). Deconstructing regions: notes on the scales of spatial life. *Environment and planning A*, 23 (2), 239-256. Disponível em: <https://doi.org/10.1068/a23023>
- Pacheco, C. A. (1998). *Fragmentação da Nação*. Campinas: Unicamp/IE.
- Sudene. (1966). *Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste*. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Sugestão de citação:

Gumiero, R. G. O. (2023). Um diálogo possível? Aproximações do inventário furtadiano na interpretação da região de Carajás. In M. A. Monteiro (Ed.), *Amazônia: A região de Carajás* (pp. 77-91). Belém: NAEA. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/978-85-7143-217-8.cap05>